

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

VALNICE TERESINHA WAGNER

VINTE E ZINCO, DE MIA COUTO: FICÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGOS

PONTES E LACERDA/MT
2012/1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
NÚCLEO PEDAGÓGICO DE TAPURAH

VALNICE TERESINHA WAGNER

VINTE E ZINCO, DE MIA COUTO: FICÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGOS

Monografia de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso–Campus Universitário de Pontes e Lacerda, Núcleo Pedagógico de Tapurah, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Letras.

Orientadora: Dra. Marinei Almeida

TAPURAH/MT
2012/1

VALNICE TERESINHA WAGNER

VINTE E ZINCO, DE MIA COUTO: FICÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA EM DIÁLOGOS

Monografia apresentada a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Dolores Escarparo
UNEMAT – Pontes e Lacerda - MT

Epaminondas de Matos Magalhães
UNEMAT – Pontes e Lacerda - MT

Marinei Almeida – Orientadora
UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

DEDICATÓRIA

A Deus que me deu forças físicas e emocionais para permanecer e concluir o curso.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) pelo curso.

Aos professores, mestre e doutores que ministraram este curso, proporcionando assim novos conhecimentos e transformando-nos em cidadãos críticos e participativos na sociedade.

Ao professor e coordenador do curso José Antônio Vieira, pela dedicação e trabalhos prestados em prol da turma.

Acima de tudo, um agradecimento especial a minha coordenadora Prof^a. Dra. Marinei Almeida, que colaborou imensamente na realização desse trabalho de pesquisa, demonstrando seu carinho, dedicação e paciência em todos os momentos.

Aos meus colegas de sala de aula que com certeza deixarão muitas saudades.

Meu muito obrigada.

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se desenvolver um estudo da obra *Vinte e Zinco* de Mia Couto, a fim de demonstrar duas formas de encarar um evento histórico pertencente ao colonialismo e um sistema ditador que Portugal implantou em que era submetido o colono de Moçambique, numa tentativa de relacionar a ficção, a memória e história presente na obra literária. Desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, os principais autores que compõem o suporte teórico são: Mia Couto, Antonio Candido, Rita Chaves, Kabengele Munanga, Alfredo Bosi.

PALAVRAS-CHAVE: LITERÁRIA, *VINTE E ZINCO*, COLONIALISMO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I.....	10
1- MIA COUTO E A LITERATURA	10
1.1 Literatura: uma mentira que não mente.	10
1.2 O texto literário como inquietação	13
1.3 . Literatura como produção de pensamento	14
1.4 Moçambique e a obra “Vinte e Zinco”	15
1.5 Contextualização do evento de 25 de abril de 1974	16
CAPÍTULO II	19
1- VINTE E ZINCO: A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, A FICÇÃO EM DIÁLOGO	19
1.1 O sistema ditador Português e a família Castro.	21
1.2 As personagens da matriz Moçambicana	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal apresentar uma análise sobre a linha tênue que há entre a ficção, a história e memória no romance *Vinte e Zinco*, publicado em 1999, do escritor Moçambicano Mia Couto. No decorrer da pesquisa, procurou-se discutir analiticamente como esses elementos se entrelaçam nessa produção poética, que tem como pano de fundo o evento histórico de que marcou o dia 25 de abril de 1974 tanto em Portugal (país colonizador), quanto em Moçambique (país colonizado).

O romance é ambientado na Vila de Moebase em Moçambique, então colônia Portuguesa, cuja publicação se deu em comemoração aos vinte e cinco anos da “Revolução dos Cravos”, que conforme relatos históricos foi o movimento que derrubou o regime salazarista português em 1974. No entanto, podemos nos perguntar o porquê de se falar de Moçambique? Qual é a relação desse fato histórico com o povo moçambicano?

Partindo do pressuposto de que toda obra literária de uma maneira ou de outra, as vezes mais explícita outras menos, dialoga com a história a partir de suas manifestações particulares pelas quais podemos nos deparar com diferentes experiências humanas, podemos dizer que o romance estudado no presente trabalho nos proporcionou um meio eficaz de ampliarmos nosso entendimento sobre a ruptura que houve no desenvolvimento cultural africano. Rupturas essas demonstradas pelo autor pelas estratégias de inferiorização e dominação de um povo, projetadas nos elementos contextuais e ficcionais a partir dos quais são criadas as personagens, localizados em um país até então colônia de Portugal.

Levando-se em consideração os ensinamentos de Candido (1995), pela obra analisada foi possível perceber ainda mais nitidamente a força humanizadora da literatura, aquela força que exprime o homem e atua na sua própria formação, cuja produção e fruição se baseiam na necessidade universal da ficção e da fantasia que é coextensiva a todo ser humano.

Desse modo, a obra de Mia Couto anuncia um universo temático de origem familiar, uma vez que trata do sistema colonialista, a partir de uma escrita que sugere praticamente um manifesto. Com isso, o romancista destaca um espaço geográfico, cultural e lingüístico, valorizando suas raízes, levantando críticas e combatendo a situação imposta pelo colonialismo centrado no cotidiano moçambicano.

Por conseguinte, considerando que a fantasia que norteia a criação literária está pautada na realidade humana, ou seja, a literatura ora representa, ora apresenta e ora transforma aspectos da realidade, analisamos a obra de Mia Couto com o objetivo de demonstrar os recursos utilizados pelo autor para construir sua crítica ao sistema colonizador, a partir das relações raciais, morais e de aculturação estabelecidas em Moçambique enquanto colônia portuguesa e que são demonstrados por meio das personagens.

O interesse pelo tema surgiu primeiramente pela vontade pessoal de trabalhar com material literário, por acreditar que esse material, além de uma leitura de fruição, também pode contribuir como fonte de estudo, uma vez que nos traz uma gama enorme de informações que possibilitam perceber experiências sociais.

O leitor, lê as obras não para melhor dominar um método de ensino, tampouco para retirar informações sobre as sociedades a partir das quais foram criadas, mas para nelas encontrar um sentido que lhe permita compreender melhor o homem e o mundo, para nelas descobrir uma beleza que enriqueça sua existência; ao fazê-lo, ele compreende melhor a si mesmo. O Conhecimento da literatura não é um fim em si, mas uma das vias régias que conduzem a realização pessoal de cada um (Todorov, 2010, p. 33).

Levando em consideração as discussões desse autor, e ainda Vieira (1995), podemos dizer que ao trabalhar uma obra de ficção, temos um “objeto privilegiado para alcançar mudanças não apenas registradas pela literatura, mas, principalmente, mudanças que se transformaram em literatura, pois mais do que dar um testemunho, ela revelará momentos de tensão” (p. 21).

Desta forma, no primeiro capítulo dessa pesquisa apresentaremos um pouco do percurso literário desse renomado autor moçambicano, por meio da obra em análise, bem como as principais características de sua escrita, o espaço ficcional de sua produção e, principalmente a busca pela libertação àqueles que eram subjugados, tanto do lado colonizador, quanto colonizado.

Em um segundo momento, analisaremos algumas personagens do romance “Vinte e Zinco”, com o intuito de discorrer analiticamente como comparecem na obra de Mia Couto as características apresentadas no primeiro capítulo.

Para finalizar tentaremos demonstrar como ocorre a dialogia existente entre a ficção, a memória e a história por meio de algumas das personagens, principalmente a família Castro.

Buscamos assim, promover a discussão sobre a arbitrariedade e tirania narrados politicamente pela escritura literária de Mia Couto, com o intuito de entender melhor as profundas transformações por que passava Moçambique no decorrer da década de 70.

CAPÍTULO I

1- MIA COUTO E A LITERATURA

1.1 Literatura: uma mentira que não mente.

Em seu próprio texto intitulado “Que África escreve o escritor africano?”, Mia Couto nos revela o objetivo, o olhar e o tipo de encantamento que procura produzir quando nos apresenta com suas obras. Para Mia Couto, “a literatura é uma mentira que não mente” (Couto, 2005, p. 59). Daí a importância de sua obra como resultado de uma construção de identidade nacional moçambicana, atrelada a aspectos culturais, históricos e à língua, ou seja, uma língua portuguesa moçambicanizada.

Segundo Chaves e Macedo, além de ser um continente devastado pela miséria, analfabetismo, conflitos armados, a pluralidade linguística tornava ainda mais complexa a situação dos países Africanos. Moçambique, espaço literário abrigado no Romance *Vinte Zinco*, contava com dezenas de línguas o que dificultava a comunicabilidade entre os segmentos que faziam parte de um território comum num legado do sistema colonialista. Desse modo, a própria língua portuguesa, nacionalizada por imposição do colonizador, passa a ser utilizada como espaço de resistência pela atividade literária.

Tendo dito isso, o idioma assume conotações que o tornam também um espaço de identidade cultural. Podemos dizer assim que dentre os ficcionistas, desenvolveu-se um trabalho de reinvenção da língua por meio dos textos de renomados escritores africanos como José Luandino Vieira, Boaventura Cardoso e o próprio Mia Couto.

E, em se falando de Mia Couto, Chaves e Macedo enfatizam que a aparente conflitualidade da língua por meio das marcas da oralidade presentes na escrita literária, que está presente na obra em análise.

Mia Couto antecipa a moçambicanidade através de uma escrita mágica numa língua portuguesa oriunda de índicas mestiçagens. Mais, pretende reconhecer na palavra escrita coutista a aparente conflitualidade da sua pertença criativa ao universo da oralidade do português moçambicano e de sua materialização poética em contexto moçambicano e ao nível da escrita literária em língua portuguesa. (CHAVES e MACEDO, 2006, p. 58)

Para entendermos melhor o espaço retratado na obra de Mia Couto, bem como o imaginário, o lugar temático que se insere o Romance em análise, se faz necessário discorrer

um pouco sobre a própria biografia do autor, haja vista que ele próprio vivencia algumas transformações e momentos históricos de Moçambique.

Mia Couto nasceu na cidade da Beira (Moçambique) em 1955, filho de uma família de emigrantes portugueses, teve sua infância influenciada por acontecimentos que foram formando seu caráter, a partir de uma mestiçagem cultural, ou seja, em casa e na escola um mundo do branco, da civilização europeia, de outro lado o mundo da periferia africana, o mundo do negro. Podemos dizer que temos assim, um autor que ressalta em suas obras um sujeito que enuncia enquanto consciência de si próprio e do outro. Ou seja, ocorre um extravasamento de sua própria consciência moçambicana por meio de um narrador onisciente tomando a língua como forma de demonstrar a luta pela libertação, da perpetuação de sua cultura e sua nacionalidade, a partir de uma mescla de elementos civilizacionais de sua matriz europeia e da periferia africana.

Com isso, temos na obra desse autor nuances de um cotidiano: cidade, periferia, homens, crianças, jovens, negros, velhos, mestiços, ou seja, o espaço e o moçambicano colonizado que povoam o romance apresentando sua luta pela valorização de sua nacionalidade e denunciando as injustiças sociais por eles vividas.

Desse modo, podemos dizer que o sujeito que enuncia no romance *Vinte e Zinco*, enuncia a luta pela libertação, a luta pela sua nacionalidade, em meio a uma crítica social e cultural, inconformado com a situação vigente à época. Aí podemos perceber uma relação entre o material literário e os fatos históricos uma vez que nos trás uma gama enorme de informações que possibilitam perceber as experiências sociais vividas por um povo. Neste sentido, Vieira (1995), destaca na obra *A pesquisa em História*, que a literatura:

é um objeto privilegiado para alcançar mudanças não apenas registradas pela literatura, mas, principalmente, mudanças que se transformaram em literatura pois, mais do que dar um testemunho, ela revelará momentos de tensão. Ela pode expressar possíveis não realizados. (1995:21)

Assim, por meio da obra *Vinte e Zinco* podemos encontrar na literatura a prática de vida daqueles “que ficaram marginais ao sucesso dos fatos. Estranhos ao êxito da revolução dos cravos, que está diretamente relacionada à obra, mas nem por isso ausentes, o Moçambique passa a ser o fundo humano de cujo abandono e prostração se alimentou a literatura” (SEVCENKO, 1995:65).

Partindo do pressuposto de que a literatura nasce de um mundo real, pela falta sentida no mundo que se pretende suprir pela linguagem (PERRONE-MOISÉS, p.121), podemos dizer que encontramos na obra desse poeta a língua portuguesa, imbuída da oralidade do português e línguas nativas ou orais de Moçambique, identificando um povo que busca sua afirmação, seu reconhecimento, um lugar na civilização. “A literatura parte de um real que se pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvendando um mundo mais real do que aquele que pretendia dizer”. (PERRONE-MOISÉS, 1990, p.103)

Entre os vários pontos que poderiam ser trabalhados na obra em análise, interessa-nos aqui analisar a condição do homem de Moçambique, ou seja, buscamos entender de que maneira o autor reflete sobre as imagens fixadas na sociedade em torno dos negros, dos mulatos, da influência do colonizador, buscando apresentar uma realidade diversificada, como forma de luta contra o preconceito racial e o nascimento de da identidade moçambicana, haja vista que eram considerados seres inferiores perante o homem Português. Na obra, estas questões aparecem principalmente através da personagem “Chuvisco”, que será analisado mais adiante.

Neste sentido, podemos citar os estudos de Chaves e Macedo, 2006.

O nascimento da identidade moçambicana dá-se quando o poder “colonial amalgamou habitantes de um espaço africano, diverso e fragmentado – as circunscrições, os regulados – para os “nivelar” numa condição, de um novo universo subalterno e unificado, compreendendo toda a colônia, ou província. Diferentes nas suas culturas locais e tradições, todos eram iguais quando enfrentavam o administrador ou o colono, todos eram inferiores”. (CHAVES e MACEDO, 2006, p. 58)

Diante dessa observação, podemos dizer que a partir dos acontecimentos que marcaram a década de 1975 a 1985, que serão discutidos nos próximos tópicos e que fazem parte da história do povo Português e colônias de África, o poeta vem denunciar o colonialismo, seu sistema ditador e recriar um sentimento de nacionalismo no povo moçambicano.

1.2 O texto literário como inquietação

Em meio a todos os acontecimentos que vão sendo relatados na obra *Vinte e Zinco*, o autor revela as relações sociais, as necessidades humanas e os laços de solidariedade que elas criam, especialmente na pobreza e a luta que os sujeitos travam com o meio em que viviam. Os pesadelos da época são narrados por meio do que ocorria nos bastidores das prisões do sistema colonialista e a palavra escrita reflete criticamente as torturas ocorridas em Moçambique.

Podemos dizer que para mostrar as inquietações que a literatura pode causar no leitor, Mia Couto tipifica a personagem protagonista Lourenço de Castro como um sujeito de comportamento demente, que imerso num mundo de remorso e medo, preso a figura paterna, não percebia a decadência iminente do sistema defendido pelo pai, ou seja, o sistema Salazarista.

Podemos destacar aqui o papel do autor da obra em denunciar a desintegração dos valores humanos num tempo de arbítrio exacerbado. Conforme SAID (2005), os intelectuais são indivíduos com papel público na sociedade tendo em vista que por meio de seus escritos podem representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude ou uma opinião para um público. A partir desses ensinamentos, podemos dizer que a literatura causa embaraço, proporciona uma inquietação no leitor.

Nesse contexto percebemos que em se tratando da obra analisada neste trabalho, o escritor levanta questões sociais, culturais, faz denúncias, conta um pouco de história e fatos de um povo, exerce ao escrever uma liberdade inigualável, utilizando-se de um direito social defendido por SAID e CANDIDO, o direito à liberdade e justiça.

O cotidiano é a forma de que o autor costuma lançar mão para apresentar os fatos; mesmo os grandes acontecimentos, é no dia-a-dia que ele os apresenta, na forma como são percebidos e vivenciados pelas pessoas na convivência diária. O autor cria assim a expressão máxima da opressão, dos dramas coloniais refletindo criticamente sobre os terrores gerados pela tortura em seu país, conforme veremos na análise das personagens no próximo capítulo desse trabalho.

1.3 . Literatura como produção de pensamento

Como estamos tratando de uma análise de uma obra de literatura africana, destacamos o que escreve o próprio Mia Couto quando diz que, “o escritor não é apenas aquele que escreve. É aquele que produz pensamento, aquele que é capaz de engravidar os outros de sentimentos e de encantamento” (MIA COUTO, 2005, p.61)

Estabelecendo uma relação com os ensinamentos de Candido (1995), podemos perceber ainda mais nitidamente a força humanizadora da literatura, aquela força que exprime o homem e atua na sua própria formação, cuja produção e fruição se baseiam na necessidade universal da ficção e da fantasia que é coextensiva a todo ser humano.

Desta forma, considerando que a fantasia que norteia a criação literária está pautada na realidade humana, ou seja, a literatura ora representa, ora apresenta e ora transforma aspectos da realidade, lançando inquietações e gerando questionamentos, analisamos a obra de Mia Couto com o objetivo de demonstrar os recursos utilizados pelo autor para construir sua crítica ao colonizador português, a partir das relações raciais, morais e de acultramento estabelecidas em Moçambique enquanto colônia portuguesa e que são demonstrados por meio das personagens criadas por esse autor.

Nesse sentido, não há como deixar de citar os ensinamentos do mestre Antonio Candido que chama a literatura de “criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, fenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (2002, p. 80), o que a torna uma manifestação universal de todos os homens em todos os tempos.

Assim o conteúdo de uma obra atua de acordo com a forma que é construída e, essa possibilidade de dar forma a um material bruto do qual o escritor se utiliza, transformando o informal, o inexpresso, o caos em estrutura organizada, é que assegura se efeito humanizador e a torna uma necessidade imperiosa. “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CÂNDIDO, 1995, p. 249).

Afinal, não podemos deixar de lado a leitura literária, uma vez que de acordo com o teórico já citado acima, a literatura como fator de demonstração e inquietação em face das iniquidades sociais, está relacionada à luta pelos direitos humanos que abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso a diferentes níveis de cultura e, neste sentido, a fruição da arte e da literatura em todos os seus níveis e modalidades é um direito inalienável.

1.4 Moçambique e a obra “Vinte e Zinco”

A partir da tentativa de refletir dois universos que olham de formas diferentes um mesmo acontecimento, o episódio de 25 de abril de 1974, dia da Revolução dos Cravos de Portugal, temos em “Vinte e Zinco”, obra em análise neste trabalho, de um lado o homem moçambicano de África, com todos os seus indícios de mestiçagens, suas crenças, ou seja são presentes na obra aqueles que viviam nos bairros de zinco.

De outro lado, a obra traz o colonizador e um sistema ditador em decadência, aumentando nossa capacidade de entender um momento histórico importante para os dois lados, o colonizado e o colonizador, e dessa forma, aumentando nossa capacidade de satisfazer um descontentamento em relação a esses acontecimentos históricos por meio de uma leitura crítica, “uma falta sentida no mundo que se pretende suprir pela linguagem” (op cit).

Pertencente à literatura contemporânea do século XX dos países africanos de língua portuguesa, “*Vinte e Zinco*” foi publicado pela primeira vez em Portugal, no ano de 1999. Por meio dessa obra, Mia Couto, como ele próprio se denomina “escritor africano de raça branca” (apud SECCO, 2006, p. 270) recria um pouco da cultura de seu país africano, Moçambique.

Profundamente marcada por fatores históricos, podemos ver nessa obra literária a dimensão de um passado não muito distante, situado no espaço em meio à crise do sistema colonial, o que permite o surgimento de uma tomada de consciência e subversão diante do sistema que imperava em Moçambique.

Assim, a obra traz críticas e reflexões sobre questões como o racismo, o autoritarismo, o medo e o ódio presentes na sociedade moçambicana dos anos 90. Situado no espaço

africano, cujo deslocamento aponta a crise do sistema colonial em Moçambique criando um espaço de consciência e subversão. Durante doze dias que antecedem o dia 25 de abril de 1974, em capítulos que se separam como se fosse um diário e que apresenta uma epígrafe a cada capítulo, o narrador desenvolve o enredo da obra, descrevendo relatos e ações do colonizador português sobre a colônia moçambicana na África, criticando e refletindo questões raciais, o autoritarismo, o medo e o ódio presentes na sociedade moçambicana.

Desta forma, por meio de pesquisas em *sites* foi possível trazer uma breve contextualização entre o sistema colonizador de Portugal que luta para manter seu poder ultramarino e o colonizado (Moçambique) que por meio de suas guerrilhas, luta pela conquista de sua independência. Isso porque como já dito, nas décadas de 1960 e 1970, épocas que são retratadas na obra, Portugal vivia um governo tirano e ditador, sob o regime autoritário do Estado Novo, cujo fundador foi Salazar, que queria a todo modo manter seu domínio nas colônias da África. Qualquer tipo de reforma política era duramente retaliada por Portugal e essa retaliação é duramente refletida em “*Vinte e Zinco*”, romance de nossa atenção.

Assim, podemos dizer que a pesquisa sobre o acontecimento histórico, aliada a leitura da obra, foi possível resgatar a prática de vida daqueles que ficaram marginais aos fatos, como no caso da obra em análise, o 25 de abril de 1974. Desse modo, como leitores críticos podemos dizer que obra também nos possibilita, por meio de seu enredo e personagens, um olhar sobre a recriação literária de um acontecimento histórico em que são dramatizados os fantasmas produzidos pelo colonialismo português, por meio de cenas de medos, preconceitos, ódios, superstições, crenças e ressentimentos instalados tanto no imaginário dos colonizados, como no dos colonizadores.

1.5 Contextualização do evento de 25 de abril de 1974

Retomando um pouco o que já foi dito no início do trabalho, a publicação da obra *Vinte e Zinco* ocorreu em comemoração aos vinte e cinco anos da “Revolução dos Cravos”, que historicamente foi o movimento que derrubou o regime salazarista português em 1974. Tal movimento estabeleceu a liberdade e a democracia e também promoveu transformações

sociais em Portugal, promovendo a melhora da qualidade de vida dos seus cidadãos, mesmo enfrentando os problemas de imigração ilegal, desemprego e pobreza.

Após o golpe militar de 1926 foi estabelecida uma ditadura em Portugal. No ano de 1932, Antônio de Oliveira Salazar tornou-se primeiro-ministro das finanças e virtual ditador. Salazar instalou um regime inspirado no fascismo italiano. As liberdades de reunião, de organização e de expressão foram suprimidas com a Constituição de 1933.

Portugal manteve-se neutro durante a Segunda Guerra Mundial. A recusa em conceder independência às colônias africanas estimulou movimentos guerrilheiros de libertação em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. Em 1968 Salazar sofreu um derrame cerebral e foi substituído por seu ex-ministro Marcelo Caetano, que prosseguiu com o mesmo sistema político salazarista. A decadência econômica e o desgaste com a guerra colonial provocaram descontentamento na população e nas forças armadas. Isso favoreceu a aparição de um movimento contra a ditadura em Portugal.

No dia 25 de abril de 1974 explode a revolução. A senha para o início do movimento foi dada à meia-noite por meio de uma emissora de rádio. Essa senha era uma música proibida pela censura por nome de Grândula Vila Morena, de Zeca Afonso. Os militares fizeram com que Marcelo Caetano fosse deposto, o que resultou na sua fuga para o Brasil. A presidência de Portugal foi assumida pelo general António de Spínola. A população saiu às ruas para comemorar o fim da ditadura e distribuiu cravos, a flor nacional, aos soldados rebeldes em forma de agradecimento.

Desse modo, obra vem trazendo a reação dos dois países em relação ao fato da queda do sistema salazarista, a independência de Portugal, e como isso poderia afetar o país Africano, então colônia de Portugal. Moçambique foi uma antiga possessão do império português ultramarino e que teve o início do movimento de independência da colônia moçambicana durante a ditadura de Salazar, porém o domínio português poderá ser situado já no século XV, com o estabelecimento de feitorias em Sofala e em Moçambique, tendo sido Lourenço Marques o fundador da cidade que viria a ser a capital do Moçambique português em 1554, hoje Maputo.

A luta em prol da autonomia teve início em 1961, com a independência de Tanganica, época em que Portugal vivia em pleno regime ditatorial. Para o efeito foi instalada em território colonial português uma organização nacionalista: a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que iniciou as operações de guerrilha. Porém, a resistência portuguesa foi muito intensa tentando pôr fim a esse tipo de movimento pró-independentista a todo o custo. Uma das medidas tomadas neste sentido foi a criação de uma Lei Orgânica Ultramar Portuguesa, em 1972, ou seja, com a Publicação dessa Lei Orgânica, Angola e Moçambique passaram a ser designados como Estados de Portugal.

A referida lei não acompanhou assim as profundas rupturas que marcaram a vida nacional desde o 25 de Abril. O advento do estado de direito democrático, baseado no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, e o rápido processo de desenvolvimento económico e social colocaram um enorme grau de exigência sobre a capacidade de planeamento e administração do sistema de justiça enquanto garante o acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva, bem como a necessidade da criação de novos instrumentos de política estranhos ao aparelho essencialmente repressivo que caracterizava o sistema durante a ditadura.

A mudança de regime em Portugal com a Revolução dos Cravos, a queda de Salazar e a instauração do regime socialista em abril de 1974, acelerou os acontecimentos de Moçambique e outros países colonizados por Portugal. Assim, foi reconhecido como nação independente em 25 de Junho de 1975. O país moçambicano tornou-se um território autónomo e posteriormente o país mergulhou numa guerra civil por vários anos.

CAPÍTULO II

1- VINTE E ZINCO: A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, A FICÇÃO EM DIÁLOGO

Ao se tratar de Mia Couto, podemos dizer que o interessante na escrita de suas obras é a capacidade do autor de recriar a vida cotidiana e os conflitos humanos. A obra desse autor está pautada nos esterótipos de Moçambique, de grupos sociais urbanos e rurais que compoem a formação étnica e cultural daquele País. Assim, pode-se dizer que o autor recorre a formação cultural de sua própria infância para transmitir características da identidade moçambicana para “contribuir para a memória em contrução, memória comum que respeite o chão dos antepassados, o solo sagrado da pátria moçambicana.” (CHAVES, MACEDO, 2006, p. 70)

Ademais, como afirma Noa (1999, p. 60):

Pensar a literatura colonial implica ter como pano de fundo um processo histórico (a colonização) e um sistema (o colonialismo). Inevitavelmente, a literatura colonial acaba por ser ou co-actuante ou consequência de um fenômeno que tem subjacentes motivos de ordem psicológica, social, cultural, ideológica, estética, ética, econômica, religiosa e política.

No Moçambique colonial em que nasceu e cresceu, onde se cometiam as mais indizíveis barbaridades por conservados do poder de ditadores sanguinários que estão presentes na memória daqueles que viveram os ditames de qualquer ditadura, Mia Couto também cria vozes narradoras que materializam a voz de antepassados alheios aos ditames do sangue. Desse modo, a ficção coutista passa a ser também um exercício de reconhecimento das marcas moçambicanas a partir dos aspectos culturais desse povo, conforme veremos durante a análise de algumas das personagens.

Nesse contexto, “Vinte e Zinco” se utiliza da História conhecida como oficial para construir uma narrativa ficcional e apresentar indagações àquela. Ou seja, um diálogo da obra literária com a História, no entanto, de pontos de vista distintos – o do português/colonizador e o do africano/colonizado, continente historicamente conhecido como submetido aos abusos de um regime colonialista cujo fim, em Moçambique, só é atingido em 1975.

Podemos dizer ainda, que a escrita da obra que se assemelha a um diário de um narrador onisciente, uma vez que a narrativa está em terceira pessoa, de modo que o narrador reinterpreta um fato histórico em que se confundem história, memória e ficção. No entanto, a trama parte da perspectiva moçambicana acerca do evento português de 25 de abril – ou seja, a partir daqueles que viviam em Moçambique, não em Portugal, um romance que confere a aparência de história vista e escrita pela periferia.

Brincando com a possibilidades da língua, no próprio título do livro *Vinte e Zinco*, o autor, propositadamente troca a consoante “c” pela consoante por “z” – lembrando os negros pobres que vivem em “Casas de Caniço”, na madeira e zinco. Em se tratando de Moçambique, vale frisar que conforme cálculos das Nações Unidas, ainda hoje “46,8 por cento da população moçambicana enfrenta condições de vida que não atingem o mínimo considerado necessário para fugir à pobreza extrema. Este número, definido pela ONU como o Índice de Pobreza Humana, coloca Moçambique no 127.º lugar em 135 países analisados. A contribuir para este lugar estão resultados muito negativos em indicadores como a possibilidade de usar água potável, um privilégio que apenas 42 por cento dos moçambicanos têm”.

Fazendo um paralelo ao discurso literário, Mia Couto se dedicou em mostrar uma versão do passado – a *sua* versão do passado apresentando, dentre outros fatores, os conflitos raciais entre brancos e negros, a mestiçagem, a precariedade em que viviam os negros pobres nos subúrbios de Moçambique, ao passo que, no romance, escrito mais de uma década depois de 25 de abril de 1975, o grande feito português é relativizado frente à realidade moçambicana, então colônia de Portugal: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento/Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (COUTO, 1999, p.9), retratando assim a visão daqueles que viviam nos subúrbios.

Para Noa (2002, p. 1998) “O subúrbio é, pois, um espaço que adquire um papel de relevo, não só em termos narrativos, mas também do ponto de vista do imaginário”. Um lugar temático que contrapõe aspectos raciais, culturais, sociais e econômicos. Podemos perceber assim, que nesse romance de Mia Couto, relata metaforicamente relatos importantes dos acontecimentos que antecedem o 25 de abril de 1975, haja vista que enquanto para o colono, era comemorado de uma forma libertadora, para os negros eles ainda esperavam um próximo 25 de abril, para então terem a sua liberdade, sua dignidade restaurada.

É essa dicotomia que temos na Obra *Vinte e Zinco* - duas formas de ver o 25 de Abril de 1974; data histórica conhecida como a Revolução dos Cravos. Pois, esse foi o nome dado ao golpe de estado militar que derrubou, num só dia, sem grande resistência das forças leais ao governo, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926.

Conforme proposto no trabalho, apresentamos as discussões desta análise em torno de algumas personagens, principalmente na família Castro, que tem a personagem protagonista Lourenço de Castro, seu pai Joaquim de Castro, sua mãe Margarida e a tia Irene.

1.1 O sistema ditador Português e a família Castro.

A família Castro havia se fixado na vila moçambicana de Moebase, espaço em que ocorre a narrativa, devido à profissão do patriarca da família, Joaquim de Castro, um agente da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que era encarregada de reprimir, através de perseguições e a tortura, todos aqueles cujas ações manifestassem sua contrariedade em relação ao domínio empreendido por Portugal em África, inclusive com extermínio dos opositores, quando necessário.

O protagonista do romance, Lourenço de Castro, segue as pisadas do pai Joaquim de Castro, tornando-se inspetor da “PIDE”. Tendo presenciado a morte do pai, assume o posto e encarrega a si mesmo de vingar a morte de seu progenitor. Passa assim a imagem de uma personagem abalada por pesadelos, por desconfianças e pelo desconforto de não saber, tampouco querer, conviver com uma cultura diferente da sua, a qual não consegue compreender.

É esse jovem português que vai dar continuidade às atrocidades cometidas contra os negros de Moçambique. Para confirmar essa tirania, temos a passagem que relata que Joaquim levava os negros, presos que se opunham ao sistema salazarista, de mãos amarradas em um helicóptero e quando atingiam determinada altura, os empurrava com um pontapé para o oceano. Um dia na presença do filho de Lourenço, Joaquim foi arremessado junto, em função de uma cilada preparada pelos prisioneiros negros.

O filho, perturbado pela morte de seu progenitor, insiste em ressuscitar, mesmo sob muita angústia esse pai morto-vivo. Ou seja, uma figura de que poderia caracterizar a alegoria do sistema Colonialista agonizante de Portugal. Ou melhor dizendo, o sistema Salazarista, um fantasma ainda a assombrar que insiste em não morrer, mas vê seu fim exatamente como um espelho nas mudanças e misturas das pessoas e situações em África.

O temor e a consciência culposa de Lourenço o transformam em um sujeito mimético, uma vez que sua identidade está aprisionada à fantasia de perpetuar a figura tirana de seu genitor. Isso o leva a repetir os mesmos gestos, preconceitos e comportamentos aprendidos com o pai, cujo sangue derramado impregnado nas paredes da prisão era ocultado com tinta branca.

Desse modo o narrador da obra analisada, vai criando expectativas no leitor em relação àquelas figuras misteriosas de Moçambique e que, por ironia, são essas personagens místicas que vão propiciar a possibilidade do papel protagonista à personagem de Lourenço de Castro. A voz enunciativa do narrador vai prenunciando as transformações que estão por ocorrer no contexto sócio-político.

Podemos dizer assim que Lourenço de Castro é uma personagem que possui personalidade contraditória, uma vez que exerce um comportamento agressivo como inspetor da PIDE, submetendo os prisioneiros à tortura.

O inspetor Lourenço arrasta-se para a casa de banho e lava as mãos.
A água corre como se não bastasse um rio para o limpar.
— Por que não confessam? Custava alguma coisa...
O sangue vai gotinhando na bacia. (p. 14)

Nesta passagem, como em tantas outras que poderiam ser citadas no decorrer da leitura da obra, temos evidenciado a tirania do governo ditador que imperava nas décadas de 1960 e 1970 e Portugal e suas colônias, sob o regime autoritário do Estado Novo, que queria a todo modo manter seu domínio nas colônias da África, submetendo, subjugando os negros Africanos.

É justamente essa personalidade contraditória de Lourenço de Castro que pode ser apontada também como o sistema amargo, doente imposto por Portugal, tendo em vista que em contraposição a atitude tirana herdada de seu progenitor, o protagonista assume os gestos

de uma criança quando, à noite, muito inseguro, tanto que carece de um pano e de um cavalinho de madeira, para poder dormir, demonstra toda a sua fragilidade e dependência da mãe.

[...] Estou cansado, mãe, quero dormir. Onde está o pano?
 – O pano foi para lavar. Estava cheio de baba. Você está-se a babar muito[...]
 – Eu não durmo sem o pano, a mãe já sabe
 – Está outro pano já lavadinho debaixo da sua almofadinha.
 –[...] o cavalinho?
 – Já lhe chego o cavalo, não se preocupe. (VZ, p. 14)

Fruto de uma educação conservadora, autoritária, percebemos que o protagonista tem toda sua sensibilidade inibida na tenra idade pela figura do pai. Lourenço é totalmente dependente da mãe e não consegue se desvencilhar do cordão umbilical. Mas, ao mesmo tempo, o jovem PIDE nutre um ódio do pelo povo africano, que são motivos de seus tormentos e delírios noturnos, diante das tiranias cometidas contra os negros, que foram presenciadas no passado por meio do pai e reproduzidas por ele mesmo no presente.

– Outra vez o umbigo, Lourencinho?
 – Está-me a crescer, mãe. A sério, desta vez é a sério. Até já estou a sentir o cordão umbilical a sair-me.
 – Deixa que eu lhe faço uma massagem e isso já passa.
 A mãe senta-se na cama e esconde as mãos por baixo dos lençóis. Seus olhos agasalham muita ternura.
 – Vê, mãe, eu não dizia?
 – Já vai passar, filho.
 – Isso só pode ser feitiço da pretalhada. É esse cego,mãe.(p. 16/17)

Percebemos também já no primeiro capítulo do livro, o olhar do Português quanto às práticas religiosas de África quando Lourenço e sua mãe, a personagem Margarida expressam seu temor ao misticismo que envolve o povo moçambicano, ou seja às práticas religiosas dos negros. Para ambos, mãe e filho, os negros são detentores de poderes capazes de agir sobre as pessoas. É nesse momento que vemos expresso na obra o imaginário do colonizador ocidental, a mística africana. “[...] fico preocupada, não será dessas maleitas africanas [...]” (p. 14).

Essa questão da religiosidade africana está presente ao longo da obra, evidenciando uma característica cultural do povo africano, tanto que em uma passagem o próprio Lourenço acredita sentir o seu cordão umbilical crescendo e confere isso a um “feitiço da pretalhada”.

Ademais, esse misticismo africano é utilizado também para demonstrar um território desconhecido pelo português. Nessa perspectiva, enquanto o colonizador detém o poder através da força física, os nativos o fazem pela via da memória, da crença. E esse é um poder que não pode ser compreendido pelos portugueses, o que o torna assustador como na passagem em que Irene afirma haver um domínio dos negros sobre seus mortos, ou seja, aquilo que os negros não permitem, não pode morrer.

Pensas que tens o poder de matar? Pois esta gente, os pretos como lhes chamas, têm poderes que tu desconheces. Esses que mataste, estão ainda por aqui, deste lado da vida. Só matas os que eles deixam morrer. (Couto, 1999, p. 24)

A imagem da morte será desafiadoramente apresentada em uma acepção em partes da África, ou seja, a morte, no sentido do esquecimento daqueles que não são amados, uma vez que aqueles que são amados jamais são esquecidos e, conseqüentemente, não morrem jamais e permanecem entre os ancestrais dialogando com “este” lado da vida, corroborando as discussões de Munanga (1984), que diz que a morte na cultura africana não tem um caráter trágico e que:

Consiste apenas no desaparecimento de um ser cuja realidade última é inteiramente relativa às entidades preexistentes e que sobrevivem em relação a ele: linhagem, sociedade, mundo. Como nunca se separou completamente deles durante a sua vida; ele não percebe a sua morte como uma ruptura total. A morte não é uma ruptura, é uma mudança de vida, uma passagem para outro ciclo de vida; entra na categoria dos ancestrais, participa de uma força vital maior. (MUNANGA, 1984, p. 12)

Assim, o representante do poder da polícia política –PIDE, teme os fantasmas de África, esse fio tênue que separa o possível do impossível, esse poder ser e não ser, essa líquida fronteira que separa o possível do impossível; como se a verdade nos trópicos se tornasse uma coisa fluida, escorregadia, ou seja, o que encolerizava o português era o fato de ser enganado sem nunca lhe chegarem a mentir.

_ Quero saber o que passa em minha casa. Tenho medo.
 _ Em você, minha senhora, não se sou capaz. Estou ficando cega da boca... Você me está entender?..
 _ Não.
 _ Ótimo. Só quando não me entendem é que eu falo coisa acertada.
 _ Já eu aviso a senhora _ prosseguiu _ , posso-lhe enganar, torcer as vidas e as vindas. Eu sonho que o mundo precisa de mim, sempre sonheiisso.(p.47)

Em contraposição à cultura ocidental, temos a personagem de Irene, uma jovem colonizadora que tem sua identidade contestada, rejeitada, uma vez que ela própria não se vê

como tal. Irmã de Margarida, Irene vai morar em Moebase, após a morte do cunhado Joaquim de Castro. Vivendo entre o povo moçambicano, a jovem, branca, portuguesa assume comportamento dos negros, adotando sua cultura, divergente do de seus familiares. Essa oposição identitária de Irene estará presente em vários momentos da narrativa, em que ela afronta a família Castro, como por exemplo, banha-se nas águas das lagoas africanas e voltar para casa com as roupas sujas de “matope”, que significa lama, misturando-se assim ao chão de África.

- Ela voltou a sair hoje?
- Voltou, pois.
- Veio outra vez toda suja?
- Suja?! Aquilo é argila, coisa limpa.
- Argila? Matope é o que aquilo é. Temos que acabar com isto, mãe. A tia Irene compromete-nos e nós temos um nome a defender. (Couto, 1998, p. 15)

Por não agir de acordo com a cultura de seus familiares, Irene dançava como os africanos, sentava-se com eles e bebia, conversava com a feiticeira Jessumina, “a moça usufruía um lugar, sem fronteira do medo” (p. 20). Esse comportamento de Irene é associado então à loucura, haja vista que diverge do que era considerado o certo pelo branco português. Ademais, Irene afronta a memória do cunhado morto, Joaquim de Castro, podendo ser comparada a uma premonição do que estava por vir quando diz a Lourenço:

- Pois eu vos digo: esta casa vai definhir, até nela apodrecer o espírito desse monstro que foi esse teu pai.
- (...)
- Haveis de enterrar mil vezes esse falecido. E será sempre enterro falso. Que esta terra nunca, mas nunca o irá aceitar.

Nessa passagem da obra, vemos que Irene confirma o domínio dos negros sobre seus mortos, ou seja, só morre aqueles que os negros permitem morrer, estabelecendo uma forte com a memória, pois essa não pode ser oprimida, pois quando evocada, resgata aqueles que já morreram. Fica demonstrado assim o resgate dos valores, das tradições por meio do olhar voltado para o passado, para a memória.

Irene revela-se, portanto, uma personagem em que a cor da pele e pátria, não bastam para caracterizar sua identidade, uma vez que está fortemente ligada aos costumes de África, de modo que Irene, em afronta ao colonizador, reconhece e respeita a cultura moçambicana e a incorpora como sua. Enquanto que sua irmã Margarida, faz menção “à bruxa” quando invoca a personagem Jessumina, considerada mulher com poderes, podemos dizer que Irene,

personagem de identidade portuguesa, dialoga com a identidade dos negros sendo que assimila a cultura do outro “ Em África não há bruxas.” (p. 19).

Neste sentido, o autor da obra expõe o contraste entre as duas irmãs e a presença distinta de duas identidades, ainda que ambas de origem portuguesa. A mocidade, a vivacidade de Irene que possui uma vida integrada com a cultura local e identidade portuguesa retratada como pesada, doente como o sistema que imperava em Moçambique, retratada na personagem Margarida, mulher contida, conservadora dos costumes e cultura de sua pátria.

Podemos relacionar também as personagens às discussões em torno da raça, que também esta proposta na obra, tendo em vista que o capítulo que tem a passagem de “20 de abril” é introduzido com uma epígrafe, extraída do diário de Irene, que diz: “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de outra qualquer raça”. Ou seja, Irene, vinda de Portugal, vivendo livremente em território moçambicano, identifica-se a assume costumes que contradizem os seus, que contradizem a cultura de sua raça, que contradizem toda a tradição familiar dos Castro, que afronta o ódio que Lourenço sente dos “pretos” de Moçambique.

A noção de raça na perspectiva de que o planeta foi dividido entre uma raça superior glorificada por uma missão civilizatória auto-atribuída e raças inferiores, é fruto da ruptura com a tradição fundamental da condição humana, tão cara ao Direito Natural, qual seja, o direito a ter direitos a começar pelos inatos. Significa dizer que são quebradas as condições de razoabilidade de um mundo comum, compartilhado, caracterizado pela pluralidade, tendo como fundamento a igualdade da condição humana (HERNANDES, 2005, pg.132).

Isso porque, a presença de Irene, tia de Lourenço, entre os negros é motivo de constantes conflitos entre ela e sua família. Sendo assim, ao contestar sua família, a jovem trás elementos pertencentes à cultura moçambicana que ganham voz e fortalecimento no romance. A negação de um povo, representada na família Castro, se torna elemento primordial para legitimar o poder e o domínio de Portugal, praticamente transformando o homem negro em qualquer coisa, menos um ser humano, “Lembra esse Marcelino, como pode a irmã se apaixonar por um quase-preto? Tudo nele estava errado: a raça, a condição, a política” (p. 54).

1.2 As personagens da matriz Moçambicana

Ao se falar nas personagens Marcelino e seu tio Custódio, percebemos que são figuras pertencentes à mesma esfera cultural, porém diferem na maneira de pensar as questões sociais e políticas de seu Moçambique. Ou seja, novamente, duas gerações que se opõem. Enquanto Marcelino é um revolucionário da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e luta pela independência do seu país contra Portugal, seu tio Custódio é homem simples, contido, porém, um ser de esmera sabedoria popular, que se expressa por meio de metáforas, como por exemplo, na seguinte passagem:

Valia a pena tentar mudar este nosso mundo? O céu nunca pousará na terra nem a montanha descerá ao vale. E argumentava: um patrão sofre mas é de inveja do criado. Sim, veja o caso do cavalo, dizia. Um cavalo sabe que o dono lhe deve tratar bem. Fosse ele não tinha dono e passava pior.
 – Ser abusado a vida inteira, tio?
 – Fazemos como o cavalo, pá. Faz conta que obedece mas, basta ele querer, e o cavaleiro se despeja da montagem. (p. 35)

Porém, esta personagem de sabedoria popular, apesar de uma aparente passividade perante seu sobrinho Marcelino, demonstra, ao mesmo tempo, uma atitude contraditória aos costumes do colonizador, como por exemplo, na passagem em que se opõe a usar sapatos, hábito do Português, o que deixa claro a sua resistência ao sistema, tornando-o cúmplice da revolta dos integrantes da FRELIMO, ainda que de maneira sutil.

Podemos até dizer que ocorre aí uma metáfora de modo que o uso do calçado representa a aceitação da cultura do outro, e é na voz de Graça, irmã de Custódio, que vem a justificativa “O calçado é um passaporte para ser reconhecido pelos brancos, entrar na categoria dos assimilados” (p. 36).

Deste modo, temos em Custódio uma personagem que procura perpetuar suas raízes, os costumes de África transmitindo essa cultura às gerações mais nova, como no caso, a seu sobrinho Marcelino, que em contraposição a sutileza do tio, pertence à geração da luta armada, como opção de libertação para o seu país. Esse sobrinho que traz a marca da mestiçagem, por se tratar de um mulato, cujo envolvimento amoroso se dá com uma branca, a Portuguesa Irene, evidenciando assim a própria mistura de raças que fatalmente ocorreu nos países colonizados.

Mostrando um pouco da cultura de África, temos mais algumas personagens da matriz Moçambicana, como Jussumina e o cego Andaré Chuvisco. São essas figuras que carregam o

simbolismo que faz referência à terra, aos costumes, à mística africana e ao pensamento vigente do período, como por exemplo, a adivinhadora que, nos moldes do pensamento Europeu, é considerada buxa. “Em África não há bruxas. Jessumina é uma mulher com poderes. Tu sabes, Guida, mas tens medo de aceitar”. (p. 19)

Já o cego Andaré Tchuisco era aquele que podia prever o futuro, de modo que, ao longo da narrativa, vai ganhando contornos que fazem alusão a uma personificação do próprio Moçambique, “Vocês vêem os vivos, eu vejo a vida” (p. 28). Isso porque sua cegueira, que foi causada pelo colonizador Joaquim de Castro, priva-lhe de ver a luz. Assim, metaforicamente podemos dizer que vivendo na obscuridade imposta pelo período colonial, traz consigo também a consciência de que Moçambique precisava recuperar sua própria luz, seu próprio olhar, ou seja, a sua independência, “Sou íntimo do nada. Por isso, chego a arredores onde vocês nunca tocarão”. (p. 29)

Ademais, quando Jessumina recebe a visita de Andaré, que regressa à casa da adivinhadora para saber se seria no dia 25 de abril que ele voltaria a enxergar, essa lhe diz que “Não. Você tem que esperar por outro vinte e cinco” (VZ, p. 79).

Por infortúnio do destino, o cego Thuvisco, odiado por Lourenço de Castro, no final da narrativa, é quem vai possibilitar ao protagonista um fluxo de consciência de modo que o torturador divague entre o presente e passado, realidade e desejos, anseios e reminiscências, apresentando as reações íntimas da personagem fluindo diretamente da consciência, livres e espontâneas.

“O fluxo de consciência, na acepção de Bowling, é expressão direta dos estados mentais, mas desarticulada, em que se perde a seqüência lógica e onde parece manifestar-se diretamente o inconsciente. Trata-se de um “desenrolar ininterrupto dos pensamentos” das personagens ou do narrador”. (LEITE, p. 68)

O negro que aparece na trama com olhos claros, azulados, mas que, apesar de sua estranha cegueira que é explicada somente no final do livro, tem a capacidade de enxergar a alma humana, as desumanidades praticadas pelo pai, Joaquim de Castro, e que são perpetradas pelo protagonista da narrativa, Lourenço de Castro. É essa figura enigmática do cego Tchuisco, criada pelo narrador, que vai fazer com que Lourenço, demonstre esse fluxo

de consciência que perpassa sua infância e juventude, sua formação ideológica dentro do sistema político e tirano, para então se deparar com sua infinita incompreensão de sua condição humana. “Eu tinha grande crença, sabe. Quase eu não precisava de ter pai. Havia Salazar, a pátria, a ordem”.(p. 96)

De modo geral, podemos dizer que pela leitura da obra de Mia Couto, além de vermos um discurso marcado pela oralidade, enriquecido pelo sincretismo linguístico e cultural, vemos, acima de tudo, a evocação de episódios do passado que possibilitam a reviver a exposição, a submissão, o sofrimento, humilhação e o julgamento impiedoso de um povo. Um passado que muitas vezes a história tenta esconder. Os efeitos da revolução, como nos mostra a personagem Jessumina, tarda a chegar aos negros e pobres moçambicanos de uma África profunda, ligada a ruralidade, em que as tradições, a cultura africana ainda eram conservadas.

Porém essa mesma revolução, quando chega aos bairros de zinco, começa a se manifestar provocando sutis e ao mesmo tempo, trágicas mudanças, derrubando hierarquias até então impostas, substituindo o poder político, o poder do colonizador. Essa mudança, de certo modo, causa insegurança no próprio povo africano, em face da dura experiência pautada na própria existência humana, gerando uma atitude cética nas personagens.

A consciência de um passado hediondo, a consciência de um povo dominado e de sua condição de africano oprimido, em oposição aos seus opressores, o colonizador branco. Um continente que pelo olhar do branco, era primitivo, formado por um povo aculturado, com capacidades reduzidas e que permanecia ainda ligado à natureza. Também, um povo mestiço, assimilado “civilizado” pelo mão do branco, e que teve de sufocar seus valores, suas crenças, seus bens simbólicos. “ Até que o leão aprenda a escrever, o caçador será sempre o único herói”.(p.71)

Neste sentido, podemos dizer que a obra de Mia Couto constitui-se também de uma denúncia contra o colonizador pelo uso da violência, das atrocidades a que eram submetidos os negros, sendo impossível apagar as feridas deixadas pelos chicotes, a tortura a que o povo negro era submetido, pois são marcas que permanecem na alma africana. É justamente essa voz que está em jogo, a versão dos fatos pelo olhar negro, mestiço, assimilado, um vinte e cinco que ainda estava por chegar para o povo de Moçambique.

Além disso, podemos dizer que o escritor Mia Couto, faz um resgate histórico ao recriar a língua portuguesa com a influência da fala moçambicana, utilizando o léxico de regiões do país e introduzindo a oralidade em seu modelo de narrativa africana. Tanto que no decorrer da leitura, nos deparamos com diversas palavras como “matope”, “Nyanga”, “sirumba”, “xigubo”, dentre outras, que demonstram as influências e transformações da língua, incorporadas às formas de expressão, o que aos poucos deu origem a diferentes dialetos, diferentes maneiras de expressar ou representar uma mesma idéia ou história, um mesmo sentimento ou conceito.

Pela leitura da obra, podemos também perceber um certo nacionalismo que aparece na linguagem, na paisagem, na cultura e sedução de África, por meio de personagens míticos e uma passagem histórica de Moçambique. E, principalmente, as transformações políticas que aquele país viveu, o drama do povo negro, pobre no período que antecedeu a sua independência, bem como as cicatrizes deixadas no povo africano em virtude do período de colonização e escravismo.

Por isso, já no início da obra, temos a fala da personagem Jessumina, mulher mística que introduz ao leitor esse *Vinte e Zinco* como uma figura alegórica que dramatiza os fantasmas produzidos pelo colonialismo, mostrando os medos, culpas, preconceitos, ódios, superstições, crenças e ressentimentos impregnados tanto no imaginário dos colonizados, como no dos colonizadores.

Dentro da proposta deste trabalho, que teve como objetivo principal fazer a análise do Romance escrito por Mia Couto e o fato histórico ocorrido em Portugal no dia 25 de abril de 1974, não há como deixar de citar Aristóteles e sua obra *Arte Poética* (2007), na qual são discutidos os limites entre a história e a literatura, sendo que o Filósofo exaltava o discurso ficcional dizendo que a poesia possui um caráter mais elevado, porque permanece no universal, enquanto que a história estuda o individual. Ao poeta não compete narrar em sua obra os fatos acontecidos, mas sim o que poderia ter acontecido, levando-se em consideração a verossimilhança ou a necessidade, o que a torna uma obra universal.

Segundo Aristóteles (2007, p. 43):

Diferem entre si, historiador e o poeta, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Por tal motivo, a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. O universal é o que tal categoria de homens diz ou faz em tais circunstâncias, segundo o verossímil ou o necessário.

Desse modo, podemos dizer que o próprio relato do fato histórico pode ser tão imaginário como a literatura, já que coube à dominação colonial inventar “grande parte do passado e da tradição africana” (Chaves, 2005, p. 14).

Neste sentido citamos Perrone-Moisés (1990), em que no texto “A criação literária”, diz que a “A literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretendia dizer.” (pg.102).

Na obra *Vinte e Zinco* ocorre um diálogo entre o fato histórico, memória e ficção. A queda do regime salazarista português é contada por um narrador (na terceira pessoa) situado no espaço africano, cujo deslocamento aponta a crise do sistema colonial em Moçambique criando um espaço de consciência e subversão, criticando e refletindo o racismo, o autoritarismo, o medo e o ódio presentes na sociedade moçambicana. Durante doze dias, em capítulos que se assemelham a um diário, o narrador desenvolve o enredo da obra, descrevendo relatos e ações do colonizador português sobre a colônia moçambicana. De modo geral, podemos dizer que quando lemos um romance, podemos observar uma série de fatos organizados e vivenciados pelas personagens. Enredo e personagem exprimem a visão da vida que decorre do romance, os significados e valores que o animam.

No tocante ao romance *Vinte e Zinco*, enredo e personagens possibilitam o olhar sobre a recriação literária de um acontecimento histórico a Revolução dos Cravos, como se estivéssemos diante de um espelho. Há uma dramatização dos fantasmas produzidos pelo colonialismo português, por meio de cenas de medos, culpas, preconceitos, ódios, superstições, crenças e ressentimentos instalados tanto no imaginário dos colonizados, como no dos colonizadores.

É, portanto, desse modo que desenvolveu-se este trabalho. Primeiramente, fazendo observações pertinentes ao autor e pelo resgate histórico do evento de 25 de abril de 1974, que marcou toda a nação portuguesa. E no momento que prossegue, termos o resgate da tradição

do povo moçambicano, cujo 25 de abril representa tão somente uma alegoria do grito de independência, uma liberdade que ainda estava por chegar ao povo que vivia sob os telhados de zinco.

Desse modo, toda a narrativa de Mia Couto se tece entre os dias 19 e 30 de abril de 1974, no limiar, portanto, do “vinte e cinco de abril português”. Temos assim, as tensões políticas que se bifurcam entre a condição de colonizador e colonizado. Porém, considerando o diálogo histórico e ficcional apresentado na obra, devemos levar em consideração os ensinamentos do filósofo Aristóteles que diz que “é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade”. (2007, p. 43)

Assim, nosso olhar esteve voltado sobretudo à família Castro e ao personagem protagonista Lourenço de Castro, um “PIDE”, perturbado pela morte do seu pai, o tirano Joaquim de Castro. O pai morto que o filho insiste em ressuscitar, mesmo sob muita angústia. Ou seja, a figura do pai morto-vivo que vem caracterizar a alegoria do sistema colonialista agonizante de Portugal.

De outro lado, mostrando um pouco da cultura, a linguagem, os costumes de Moçambique, apresentamos a figura Marcelino e seu tio Custódio, do cego Andaré, a feiticeira Jessumina e um país rural que se sustenta a cada recriação do escritor.

É o próprio Mia Couto quem nos revela o objetivo e o tipo de encantamento que uma obra pode nos proporcionar quando diz que “a ficção é uma mentira que não mente” (COUTO, 2005, p. 59). E, dito isso, levando-se em consideração o percurso histórico explícito na obra, pelo viés literário, o diálogo intrínseco entre história, ficção e memória de modo a perceber as alegorias e metáforas utilizadas pelo autor para mostrar um acontecimento marcante que antecedeu a independência moçambicana.

Desse modo, podemos dizer que o próprio relato do fato histórico pode ser tão imaginário como a literatura, já que coube à dominação colonial inventar “grande parte do passado e da tradição africana” (CHAVES, 2005, p. 14). A literatura Africana assim passa a se constituir como um espaço de reflexões e conscientização próprias de seu país, um espaço

de resistência contra o colonialismo para que os africanos se reconheçam e se compreendam dentro de seu próprio país.

Em se tratando de literatura Africana, Chaves, (2005) diz que, profundamente marcada pela história a literatura dos países africanos de língua portuguesa traz ao leitor a dimensão do passado como uma das principais matrizes de significado. Essa brusca ruptura no desenvolvimento cultural, o contato inevitável com o universo ocidental, a intervenção direta na organização do povo africano constituíram-se como elementos de peso na reorganização das sociedades que a duras penas fizeram a independência de seu povo.

Corroborando esse entendimento, Hernandes (2005) ao fazer menção ao regime totalitarista do stalinismo, nazismo e o apartheid da África do Sul, diz que a passagem do século XX foi densa devido à arbitrariedade e ao exercício da violência responsável por horrores inaceitáveis, especialmente aqueles relacionados à discriminação, as crueldades derivadas da violência institucional e simbólica como as referentes às questões raciais dos negros e seus desdobramentos históricos, que levam à hipótese de que negros, na sua grande maioria, eram considerados apenas como indivíduos, por vezes cidadãos, porém sempre de segunda classe.

Com o término desse trabalho, temos que no contexto em que a obra foi analisada, podemos perceber que o romance *Vinte e Zinco* possibilita um olhar sobre a recriação literária de um acontecimento histórico que foi a Revolução dos Cravos em que são reprojetaas as imagens de um poder institucional em que imperava a violência, a negação de uma raça, a subjugação de um povo.

Reforçando o que já foi dito, citamos as discussões de Alfredo Bosi (1992), que pondera que a colonização “é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais, no sentido de que “Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior”. (pág.17)

Historicamente sabemos que o colonizador utilizou-se de muitos meios para incutir nos indivíduos colonizados essa dominação, entendida como o saber a serviço dos vencedores e até mesmo para que estes ocupassem ou mantivessem sua posição. Nesse sentido, essa inversão de valores condiciona a desigualdade como inerente à condição humana, de modo que se passe a considerar a idéia de que nem todos os homens pertencem igualmente à mesma espécie, fazendo com que politicamente se acolha a noção de raça como princípio e que esta noção legitime a desigualdade, a opressão e a violência que vemos se disseminar por tão longos anos entre indivíduos e nações.

Na modernidade, a noção de raça foi teoricamente explicada como categoria genérica. Destacam-se quatro variedades raciais elaborada pelos naturalistas na qual são articulados o patrimônio genético, as aptidões intelectuais e as inclinações morais e nela o negro ocupa grau inferior. As diferenças essenciais entre os homens derivam do sangue, fator explicativo da degeneração dos negros, observando que a sua reintegração na natureza humana se estenderia por um longo período. (HERNANDEZ, 2005, pg.133 e 134)

No romance *Vinte e Zinco*, essa noção de raça foi acentuada representada, principalmente pela personagem de Lourenço de Castro, que procura a desvalorização do homem moçambicano. Assim, o racismo, a negação de um povo se torna um elemento fundamental, pois serve para legitimar o domínio português não somente no sentido de angariar território, mas também transformar o homem de África em qualquer outra coisa, menos em um ser humano pensante, capaz, étnico, crente. Uma sociedade em que a cor da pele categoriza colonizadores e colonizados, cujo país tem uma formação histórica conturbada

pela longa dominação colonialista, pelos conflitos e pela crueldade de uma luta que antecede a independência e que serão refletidos na própria formação da nacionalidade moçambicana.

Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança, o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. A regressão das táticas parece ter sido estrutural na estratégia da colonização, e a mistura de colono com agente não é de molde a humanizar as relações de trabalho. Contraditória e necessariamente, a expansão do capital comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder as formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados. (BOSI, 1992, pág.21)

Na obra analisada, podemos perceber que o escritor recria, por meio da linguagem, acima de tudo um espaço de resistência, trazendo a luz da modernidade algumas lendas, mitos, ritos, enfim, um pouco da história de seu país africano, pelo resgate da memória de suas personagens. Afinal, conforme discorre Secco (2006), o escritor Mia Couto utiliza-se da língua de maneira ousada e transgride a linguagem oficial de seu País, ou seja a língua Portuguesa Lusitana, para então mostrar as fortes transformações ocorridas no português moçambicano, o que dão um “colorido e dinamismo à língua”. (p. 269)

Desta maneira, podemos dizer que este trabalho possui sua relevância no meio acadêmico, porque visou realizar um estudo sobre a literatura moçambicana, abordando sua formação sociocultural que podem ser vistas na obra que foi analisada, uma vez que o autor, utilizando-se da língua e também do contexto histórico, traços da cultura local procura resgatar aquilo que seria genuinamente moçambicano.

Se de um modo geral, na literatura clássica lusitana temos o ponto de vista apresentando sempre o homem europeu, culto, cristão, superior na civilização de que se fazia representante, na obra de Mia Couto temos o resgate do passado, de uma história que acende o desejo de libertação, com vestígios de toda a tradição que foi rompida e que jamais foi completamente destruída e que está presente na historicidade de seu povo. “Mia Couto converte sua escritura uma arte de pensar não só a linguagem, mas também a história de seu país e do mundo, assim como os sentimentos e as emoções universais do ser humano”, segundo opinião de Secco (2006, p. 272)

Neste sentido, Cândido (2002) diz que a literatura, na medida em que nos interessa não apenas como projeções ou transformações de modelos profundos, mas também como experiência humana, desperta inevitavelmente o interesse pelos elementos contextuais, haja

vista que tanto quanto a estrutura da obra, esses elementos nos mostram a preocupação com a nossa identidade e nosso destino. Por isso este estudo é também uma maneira de ampliar nosso conhecimento sobre a narrativa, sobre a historicidade de Moçambique, sua situação colonialista e o momento inaugural de sua independência. Afinal, “A fantasia nunca é pura. Ela se refere constantemente a uma realidade” (Idem, p. 81)

De acordo com Barthes (2007) “não há nada de espantoso no fato de um país retomar assim periodicamente os objetos de seu passado e descrevê-los de novo, para saber *o que pode fazer deles*: esses são, deveriam ser procedimentos regulares de avaliação” (p. 187).

Portanto, a análise da obra de Mia Couto está pautada em uma denúncia contra o colonizador considerando o fato de que o escritor, com apego na memória para recuperar um universo que a invasão colonial buscou arrasar, mostra que para haver uma evolução e mudança efetiva o povo precisa figurar na história.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARISTÓTELES, *Arte Poética*. Tradução: Pietro Nassetti. Coleção A Obra Prima de cada Autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOSI, Alfredo. *Colônia, Culto e Cultura*. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Textos de Intervenção*. Coleção Espírito Crítico. Duas Cidades Ed. 34. 2002.

CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários..* São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

COUTO, Mia. “*Que África escreve o escritor africano?*”. Textos de opinião . Lisboa: Caminho, 2005.

COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. Lisboa: 3ª edição. Editora Caminho, 1999.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. O Pan-Africanismo In: *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA , Kabengele - *O UNIVERSO CULTURAL AFRICANO* . Publicado na Revista Fundação João Pinheiro, 14(7-10):66-74, Belo Horizonte, jul. a out., 1984.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. Mia Couto: E a “*Incurável doença de sonhar*”.

CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda. SALGADO, Maria Teresa. Org. *África & Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.

TODOROV, Tzvetan, *A Literatura em perigo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VIEIRA, Mario de Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Iara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual. As conferências Reith de 1993*. Companhia da letras; São Paulo: 2005

<http://www.guerracolonial.org> – acesso em 2 de setembro de 2012.

www.encyclopedia.com.pt/articles - acesso em 4 de abril de 2012.

www.publico.pt – Moçambique: Quase metade da população vive em pobreza extrema - 02.09.2010 - acesso em 9 de outubro de 2012.

